

CORREIO NACIONAL

Andressa Anholete SCO/STF



STF determina mutirões para conceder benefício

Mães de crianças poderão cumprir prisão domiciliar

O ministro Gilmar Mendes, do STF, determinou na quinta (9) a realização de mutirões carcerários para garantir o cumprimento de uma decisão da Segunda Turma que assegurou a substituição da prisão preventiva por prisão domiciliar para mães de crianças menores de 12 anos. A decisão foi proferida em habeas corpus apresentado pela defesa da mãe de uma criança de 4 anos presa preventivamente por tráfico de 5 gramas de crack. Ao avaliar o caso, o ministro con-

cedeu a prisão domiciliar à mulher por considerar que a quantidade de droga encontrada com ela era ínfima e não estaria ao alcance da criança.

“O juiz da instância de origem deverá fixar a forma de cumprimento e fiscalização e poderá determinar novas medidas cautelares se achar necessário”, informou o STF, em nota. Na decisão, Gilmar Mendes avaliou que a substituição da prisão preventiva pela domiciliar “vai muito além de uma benesse à mulher alvo”.

Banca para novo concurso público

A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) divulgou na última sexta-feira (10) informações do novo concurso público que será realizado para preencher o quadro de empregados da estatal. A principal novidade é a definição da banca. O Instituto Consulplan foi escolhido para organizar

o certame e assinou contrato com validade de 12 meses. As provas do concurso deverão ser aplicadas em todas as capitais do Brasil.

Criada em 1990, a Conab possui sede em Brasília e está vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar.

Missão oficial ao Benin

Em missão oficial ao Benin, a ministra da Cultura, Margareth Menezes, ao lado do titular do Turismo, Artes e Cultura do país africano, Jean-Michel Abimbola, participou nesta sexta-feira (10), em Uidá, de reunião para a instalação do Comitê de Implementação da Cooperação Cultural Brasil-Benin.

Também estiveram presentes no encontro autoridades do Benin, representantes do Ministério da Cultura (MinC) e de entidades vinculadas à Pasta e dos ministérios da Igualdade Racial, das Relações Exteriores e da Embratur. A instauração do Comitê consta do Memorando de Entendimento (MoU).

26 mil frascos de insulina

O Ministério da Saúde vai enviar mais 26 mil frascos de insulina humana regular para auxiliar no abastecimento da rede hospitalar do SUS. A distribuição atende à demanda apresentada pelos estados. A iniciativa é parte da estratégia do governo federal para enfrentar a restrição mundial desses medica-

mentos. Até dezembro de 2024, foram entregues cerca de 59 milhões de unidades de insulina humana NPH e cerca de 12 milhões da regular, nas apresentações frasco e caneta, para atender à demanda da atenção primária. Os dados foram informados pelos estados, por meio do Coleta Estoque.

Demanda 100% atendida

O Ministério da Saúde enviou 100% da demanda de imunizantes apresentada pelos estados no último mês. Todas as vacinas do calendário básico estão com estoques abastecidos. A proteção da população é uma das pautas prioritárias do governo, que em 2023 lançou o

Movimento Nacional pela Vacinação enquanto estratégia de retomada das coberturas vacinais, que apresentavam queda desde 2016. Desde então, a tendência é de crescimento. Em 2024, até novembro, o Brasil registrou aumento na cobertura de 15 das 16 vacinas.

Redução de 60%

Desde a criação do Pacto Nacional pela Retomada de Obras Inacabadas e Paralisadas da Educação Básica, houve uma redução significativa no número de obras enquadradas nesses casos. Em janeiro de 2023, eram 5.642 e, em dezembro de 2024, o número caiu

para 2.346, representando uma redução de 58%. Os dados são do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, autarquia vinculada ao Ministério da Educação. Em todo o Brasil, foram 3.784 manifestações de interesse e, deste total, 1.405 obras já foram aprovadas.

Entidades LGBTI+ criticam mudanças feitas pela Meta

Crescimento da homofobia também preocupam os grupos

Diante das alterações nas regras do Facebook e do Instagram anunciadas na última terça-feira (7), diferentes entidades e coletivos que congregam pessoas LGBTI+ têm manifestado temor com um possível crescimento no volume dos discursos de ódio e de mensagens homofóbicas nas duas plataformas digitais. Os ativistas cobram do governo brasileiro e do Congresso Nacional a adoção de medidas para resguardar os direitos humanos.

“É necessário revisar a atuação do Grupo Meta no país e, se cabível, impor sanções para assegurar que o ambiente digital não seja palco para retrocessos democráticos e violações de direitos”, registra nota divulgada na quinta-feira (9) pela Aliança Nacional LGBTI+ e pela Associação Brasileira de Famílias Homotransafetivas (ABRAFH).

Uma das maiores preocupações das entidades envolve a disseminação de discursos que classificam a homossexualidade ou a transgeneridade como doença mental, apesar do consenso científico atual rejeitar tais teses. Nos Estados Unidos, as



Crescimento da homofobia e dos discursos de ódio preocupam

mudanças já foram aplicadas. Pelas novas regras, insultos homofóbicos, xenófobos e misóginos que antes eram fil-

trados, estão sendo liberados.

As mudanças foram anunciadas por meio de um pronunciamento em vídeo de

Mark Zuckerberg, presidente executivo da Meta, que controla as duas plataformas. A principal mudança é o fim da checagem de fatos, que tem como objetivo detectar e apontar erros, imprecisões e mentiras nas postagens. Na prática, significa que não será mais realizado nenhum trabalho para confirmar e comprovar informações veiculadas pelos usuários do Instagram e do Facebook. Zuckerberg informou que será adotado um modelo de notas da comunidade, similar ao da plataforma X controlada pelo empresário Elon Musk. Através desse modelo, os próprios usuários podem agregar informações contestando a veracidade de determinada conteúdo.

Zuckerberg também anunciou mudanças envolvendo moderação de conteúdo, como a redução no uso de filtros que buscam por conteúdos que violam os termos de uso. “É uma troca. Significa que vamos mapear menos coisas ruins, mas também vamos reduzir o número de postagens de pessoas inocentes que derrubamos acidentalmente”, disse.

Leilões arrecadam mais de R\$ 130 mi

Em 2024, a venda de bens apreendidos — como barras de ouro, imóveis, joias, bolsas de luxo, automóveis, aeronaves e embarcações — arrecadou R\$ 133.748.643 para serem revertidos em políticas públicas pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP).

O valor foi obtido em 459 leilões promovidos pela Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos (Senad). A maior parte do montante — R\$ 95.445.015 — é proveniente da venda de itens retirados de grupos ligados ao tráfico de drogas.

Segundo a diretora de Ativos e Justiça (DGA) da Senad, Tatiane Almeida, o valor arrecadado é destinado, principalmente, ao Fundo Nacional Antidrogas (Funad). “Por um lado, quando tiramos os bens das organizações criminosas, diminuímos a força delas. Por outro, os leilões permitem reaparelhar polícias, fazer políticas públicas de prevenção e reforçar a segurança pública. É um



Bens foram apreendidos pela Justiça em 2024

ciclo virtuoso”, declara Tatiane.

De acordo com a coordenadora-geral de Ativos da Senad, Natália Rosa Chaves, também recebem recursos o Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal (Funapol) e o Fundo Penitenciário Nacional (Funpen).

A Senad é responsável pela gestão, em favor da União, dos ativos apreendidos e perdidos em decorrência do tráfico de drogas e de crimes conexos.

Com o objetivo de aperfeiçoar, aprimorar e ampliar os leilões da Senad, a DGA promoveu duas edições do curso Leilão+ em 2024, em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Segundo a coordenadora de Contratos, Fiscalizações e Leilões da Senad, Maeve Monteiro Rovani, mais de mil profissionais foram capacitados em todo o País.

Em 2024, foram formalizados oito convênios, com o

repasso de R\$ R\$ 9.159.759,81 por meio da Funad, para a capacitação e o reaparelhamento dos órgãos de segurança pública. Foram beneficiados o Batalhão de Policiamento com Cães da Polícia Militar do Distrito Federal (DF), as Secretarias de Segurança Pública de Mato Grosso do Sul (MS) e de Rondônia (RO) e a Polícia Federal.

Há, ainda, o projeto + Ativos, que prevê o alinhamento de procedimentos junto ao Poder Judiciário, a comissões de alienação e leiloeiros, entre outros, e que promoveu, em 2024, ações em quatro estados, em 2024: Acre (AC), Goiás (GO), Minas Gerais (MG) e Rondônia.

A DGA participou, ainda, da XXII Reunião Plenária da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla), em dezembro, em Brasília (DF). No encontro, foram definidas dez ações de combate à corrupção e à lavagem de dinheiro para 2025.

STF

Ação contra aumento da taxa básica de juros rejeitada

O vice-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Edson Fachin, rejeitou o trâmite de uma ação do Partido Democrático Trabalhista (PDT) contra a decisão do Banco Central (BC) que elevou a taxa básica de juros (Selic) para 12,25% ao ano.

O aumento se deu na última reunião do Conselho de Política Monetária (Copom) de 2024, e a ata com a decisão foi publicada em 11 de dezembro do ano passado.

Na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 1202, o PDT alegava que a definição da taxa básica de juros não é uma questão exclusivamente técnica.

STJ

Liberdade negada a acusada de fraude

O presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Herman Benjamin, negou o pedido de habeas corpus para revogar a prisão preventiva de uma mulher acusada de comercializar alimentos com data de validade vencida e adulterada no Rio de Janeiro.

De acordo com o Ministério Público do Rio de Janeiro (MPRJ), a mulher seria integrante de uma quadrilha que vendia produtos alimentícios com informações falsas sobre a data de validade.

No local das operações, foram apreendidos equipamentos usados para adulterar os dados fornecidos pelos fabricantes.

STJ

Resultados das provas objetivas e discursivas

O Diário Oficial da União publicou, nesta sexta-feira (10), o edital com o resultado final das provas objetivas e o resultado provisório da prova discursiva do concurso público do Superior Tribunal de Justiça.

Lançado no ano passado, o certame é destinado à formação de cadastro de reserva para cargos de analista judiciário em diversas áreas e especialidades.

As provas objetivas e a prova discursiva foram aplicadas no Distrito Federal no dia 1º de dezembro. Para os candidatos ao cargo de analista judiciário na especialidade de inspetor da polícia judicial, ainda haverá a aplicação de um teste de aptidão física (TAF).

STF

Metodologia de atualização de débitos da Fazenda

O Supremo Tribunal Federal (STF) vai decidir se, na atualização dos débitos da Fazenda Pública, a taxa Selic deve incidir apenas sobre o valor principal corrigido do débito ou sobre o valor consolidado da dívida, que consiste no valor principal corrigido acrescido de juros.

A matéria é objeto do Recurso Extraordinário (RE) 1516074, que teve a repercussão geral reconhecida no Plenário Virtual (Tema 1.349). Com isso, a tese a ser definida deverá ser seguida pelos tribunais do país. No STF, o Estado do Tocantins questiona decisão do Tribunal de Justiça estadual (TJ-TO).